

Jovens mulheres rurais estudantes das ciências agrárias: não querem ou não têm oportunidade de serem sucessoras?

Young rural women students of agricultural sciences: do they not want or do not have the opportunity to be successors?

Raquel Breitenbach¹ 

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Sertão (RS), Brasil. E-mail: raquel.breitenbach@sertao.ifrs.edu.br

Como citar: Breitenbach, R. (2024). Jovens mulheres rurais estudantes das ciências agrárias: não querem ou não têm oportunidade de serem sucessoras? Revista de Economia e Sociologia Rural, 62(1), e262212. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.262212>

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo identificar as intenções e perspectivas acerca da sucessão familiar das jovens mulheres estudantes dos cursos das ciências agrárias e áreas afins do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), no Campus Sertão. O artigo focou na discussão de gênero, buscando suprir uma lacuna em estudos sobre sucessão, já que é uma dimensão pouco examinada. Participaram da pesquisa 386 jovens mulheres rurais estudantes de cursos das ciências agrárias, as quais responderam um questionário fechado, elaborado com respostas em escala Likert de 5 pontos. Os dados foram tabulados e analisados estatisticamente no Programa para Análise Estatística de Dados Amostrados (PSPP), com análises descritiva e teste Chi-Square. Os resultados apontaram que as jovens mulheres encontram um ambiente familiar pouco favorável para serem sucessoras, especialmente por: receberem menos incentivo dos pais, sobretudo das mães, para permanecerem no campo e serem sucessoras; terem menos oportunidade de participação nas atividades operacionais e gerenciais da propriedade. Consequentemente, essas jovens têm menos interesse em serem gestoras e sucessoras da propriedade rural dos pais. A presente pesquisa concluiu que, mesmo que as jovens rurais desejassem ser sucessoras ou permanecer no campo, não é oportunizado a elas a mesma condição de igualdade, comparativamente aos jovens homens, para que se preparem e se sintam acolhidas ou desejadas como sucessoras.

Palavras-chave: agricultoras, agricultura familiar, jovens mulheres, gênero, permanência no campo.

Abstract: The present research aimed to identify the intentions and perspectives of young women students of the courses of agricultural sciences and related areas of the Federal Institute of Rio Grande do Sul, in Campus Sertão. The article focused on the discussion of gender, seeking to fill a gap in studies on succession, as it is a dimension that has been little examined. A total of 386 young rural women, students of agricultural science courses, participated in the research, who answered a closed questionnaire, prepared with responses on a Likert scale of 5 points. Data were tabulated and statistically analyzed in the PSPP (Program for Statistical Analysis of Sampled Data) program with descriptive analysis and Chi-Square test. The results showed that young women find an unfavorable family environment to be successors, especially because they receive less encouragement from their parents, especially mothers, to remain in the countryside and be successors and have less opportunity to participate in the operational and managerial activities of the property. Consequently, these young women have less interest in being managers and successors of their parents' rural property. The present research concluded that even when rural young women want to be successors or remain in the countryside, they are not given the equal condition, compared to young men, to prepare themselves and feel welcomed or desired as successors.

Keywords: female farmers, family farming, young women, gender, stay in the field.

1. Introdução

As temáticas “gênero”, “jovens rurais” e “sucessão geracional” são centrais em pesquisas e debates acadêmicos, políticos e de movimentos sociais em todo o mundo (Anjos & Caldas, 2005; Silva, 2019). Esses temas são transversais, já que os jovens rurais são os sujeitos diretamente relacionados à continuidade das propriedades rurais, principalmente a partir da sucessão intrafamiliar (Lucky et al., 2011). Contudo, a maioria das propriedades rurais enfrenta dificuldades na concretização da transferência de ativos tangíveis e intangíveis (sucessão rural) das gerações mais velhas para as novas gerações, além disso, problemas econômicos e sociais são gerados pelo abandono do campo pelo jovem e, especialmente, pela jovem mulher (Grubbström & Sooväli-Sepping, 2012; Boscardin & Conterato, 2017).

Por outro lado, a literatura internacional vem demonstrando que os jovens rurais que seguem formação universitária em áreas relacionadas com a produção agropecuária possuem maior interesse em serem sucessores (Cavicchioli et al., 2015; Sili et al., 2016; Bednaríková et al., 2016). Mas, um importante gargalo é que, historicamente e tradicionalmente, cursos técnicos e superiores das ciências agrárias despertam maior interesse no público masculino (Pereira & Fernandes, 2018).

Embora se constate que a participação das mulheres em cursos das ciências agrárias esteja aumentando globalmente (Ribeiro et al., 2016) e seus papéis na força de trabalho no agronegócio como um todo estejam mudando, isso não se reflete na transferência e controle da propriedade na agricultura familiar (Sheridan et al., 2021). Ou seja, numa perspectiva internacional, o número de filhas mulheres identificadas como sucessoras é baixo (Lobley et al., 2010).

Nesse contexto, emerge a problemática das relações desiguais entre gêneros no campo e a divisão sexual do trabalho (Silva, 2019). O trabalho da mulher rural é pouco reconhecido e elas enfrentam preconceitos, os quais se estendem às profissionais de extensão rural no Brasil (Villwock et al., 2016). Isto é consequência, dentre outros fatores, do caráter familiar patriarcal, e culmina na baixa consideração das jovens mulheres como possíveis sucessoras das propriedades rurais (Kessler, 2006).

Diante deste contexto, o presente trabalho objetiva identificar as intenções e perspectivas das jovens mulheres estudantes dos cursos das ciências agrárias e áreas afins do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Sertão. Espera-se, com esta pesquisa, discutir e problematizar o atual papel das jovens mulheres estudantes das ciências agrárias e como as relações sociais no campo interferem nas suas decisões sobre onde projetar seu futuro profissional, se no campo ou na cidade. Somado a isso, este estudo utiliza como base comparativa a realidade e as perspectivas masculinas.

Este artigo prioriza a discussão de gênero, tomando como base o apontamento de Sheridan et al. (2021), que identificou uma lacuna na discussão de gênero em pesquisas sobre sucessão, uma vez que é uma dimensão não examinada em mais de 40% desses estudos. Um trabalho recente de Vedana et al. (2023) também alerta para a necessidade de mais análises relacionadas ao gênero que permitam a formulação de políticas públicas assertivas para empoderamento feminino no meio rural, sempre considerando as peculiaridades da realidade socioeconômica das mulheres. Vedana et al. (2023) destaca a importância de investigações que coloquem como prioridade o debate em torno da participação feminina na esfera rural, com foco nas decisões produtivas ou econômicas. No mesmo sentido, Carneiro (2001) reiterou a acuidade em se considerar as diferenças de gênero ao se estudar transferência do patrimônio na agricultura.

2. Fundamentação teórica

Mundialmente, a gestão das propriedades rurais é predominantemente feita por homens, assim como o interesse e a sucessão rural é vinculado ao gênero masculino (Cavicchioli et al., 2018). No Brasil, apenas 19% dos estabelecimentos agrícolas são gerenciados por mulheres e 29.916 mulheres (0,59%) são proprietárias rurais. Ao analisar por idade, jovens de até 24 anos são uma parcela minoritária (1,98%) dos proprietários rurais. Na faixa etária de 25 a 34 anos encontram-se 9,25% dos proprietários rurais, sendo que, destes, apenas 2,24% (113.797) são mulheres (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017). Ainda, no Brasil, se considerado o intervalo de dez anos entre o Censo Demográfico de 2000 e o de 2010, 800 mil jovens saíram do meio rural e migraram para as cidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

Complementar a isso, Estanislau et al. (2021) alerta para os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 no Brasil, os quais apontam redução de 5.175.636 para 5.056.525 estabelecimentos agropecuários. Por outro lado, considerando o mesmo período, apesar da redução no número de mulheres na agricultura, os autores chamam a atenção para o aumento de 44,16% no número de estabelecimentos administrados por mulheres (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006, 2017). Ou seja, o Brasil experienciou aumento percentual significativo de mulheres que gerenciam estabelecimentos agropecuários no Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017; Estanislau et al., 2021). Embora observada essa melhoria na participação da mulher agricultora como gestora dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, existem disparidades regionais (Estanislau et al., 2021). As regiões Norte e Nordeste foram as que mais evoluíram nesse cenário, passando de 10,11% para 19,36% e de 15,99% para 23,20%, respectivamente e considerando os Censos Agropecuários de 2006 e 2017. A região Sul, foco da presente pesquisa, é a que menos evoluiu considerando os últimos dois Censos em que apenas 12,18% dos estabelecimentos são gerenciados por mulheres (Estanislau et al., 2021).

Portanto, nos três estados que compreendem a Região Sul do Brasil, o percentual de mulheres proprietárias rurais é baixo, à exemplo do percentual nacional. No Rio Grande do Sul (RS) 12% dos proprietários rurais são mulheres, em Santa Catarina (SC) 10% e no Paraná (PR) 13% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017). No âmbito das faixas etárias, os percentuais também ficaram menores do que a média nacional. A Região Sul possui 1,38% do total de estabelecimentos rurais sendo dirigidos por jovens com idade inferior a 24 anos, sendo apenas 0,27% de mulheres nesta condição. Já na faixa etária de 25 a 34 anos, encontram-se 7,12% dos proprietários, sendo 1,02% dos estabelecimentos geridos por mulheres (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017). Estes dados vão ao encontro dos estudos de Anjos & Caldas (2005), evidenciando o meio rural da Região Sul como uma das mais masculinizadas e envelhecidas do Brasil.

Destarte, o crescimento do número de mulheres gestoras na agricultura brasileira reitera o progresso do empoderamento feminino e reforça que o aporte das mulheres no desenvolvimento econômico e social do meio rural se associa com seu maior potencial cognitivo (Estanislau et al., 2021). Ou seja, se relaciona com sua adjacente capacidade mental desenvolvida ao longo dos anos, à exemplo da memória, atenção, linguagem, criatividade e planejamento, geralmente expressadas nas mulheres em atividades que exigem maior capacidade de atenção, concentração, raciocínio e produtividade (Estanislau et al., 2021). Consideradas essas características, somado ao fato do aumento da escolaridade das agricultoras, faz com que a expansão do capital humano das mulheres no campo contribui para fortalecer estruturas de produção, sejam familiares ou comerciais (Estanislau et al., 2021).

Por outro lado, Vedana et al. (2023), ao analisar e mensurar o empoderamento das mulheres agricultoras associadas à uma cooperativa no Oeste do Paraná, verificou que, apesar das mulheres daquele local exibirem um nível elevado de empoderamento, permanecem as disparidades entre os gêneros, em favor dos homens (Vedana et al., 2023). Para identificar o nível de empoderamento, os autores consideraram uma adaptação da metodologia *Women's Empowerment in Agriculture Index* (WEAI), a qual combina dois subíndices ponderados: a) o *five domains of empowerment* – 5DE (peso 90%), que considera poder de decisão, em cinco domínios: produção, renda, recursos, liderança e tempo; b) e o *Gender Parity Index* – GPI (Índice de Paridade de Gênero) (peso 10%), que mensura o empoderamento feminino em relação ao masculino no mesmo domicílio (Vedana et al., 2023).

Portanto, embora estejamos experienciando um aumento da participação feminina na agricultura brasileira, ainda prevalecem estruturas produtivas e econômicas que favorecem a exclusão das mulheres rurais. Tais estruturas produtivas e econômicas são caracterizadas pelo fato de as mulheres atuarem em trabalhos não visibilizados socialmente e enfrentarem disparidades provocadas pela divisão sexual do trabalho nos estabelecimentos agropecuários, o que é mais acentuado e sentido pelas jovens mulheres agricultoras (Filipak, 2021; Vedana et al., 2023; Breitenbach & Corazza, 2021). Por exemplo, as mulheres têm a responsabilidade por atividades da propriedade com menor remuneração de mercado e atividades domésticas e familiares não pagas e, no caso das jovens mulheres, elas raramente têm acesso ao dinheiro e não dispõem de autonomia financeira (Breitenbach & Corazza, 2021).

A fase da juventude é definida pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 como sendo dos 15 a 29 anos (Brasil, 2005). É considerada uma fase preparatória para a vida adulta e o momento de começar a ter autonomia sobre suas escolhas. Porém, a sociedade trata os jovens como pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, pouco levados a sério e que precisam de comando e regulamentação (Galindo, 2019; Troian & Breitenbach, 2018).

Os desafios para os jovens rurais são ainda maiores e, especialmente, para as mulheres jovens, pela menor autonomia e valorização (Troian & Breitenbach, 2018). As jovens mulheres rurais, que já são consideradas pela sociedade em geral como em formação e sob tutela, ainda enfrentam a cultura patriarcal da comunidade agrícola que condiciona as relações de gênero (Troian & Breitenbach, 2018). A diferenciação de gênero gera conflitos de interesses que desencadeiam distintas funções entre homens e mulheres dentro das propriedades rurais, à exemplo das tarefas de cuidados do lar e da família, executadas predominantemente pelas mulheres, somadas às atividades agropecuárias com menor potencial econômico (Villwock et al., 2016; Suess-Reyes & Fuetsch, 2016; Breitenbach & Corazza, 2021). As mulheres têm dupla jornada de trabalho e efetuam o trabalho doméstico, atividade não geradora de renda, tida como leve, bem como participam do trabalho agropecuário e, mesmo assim, são vistas como ajudantes dos maridos, pais e irmãos (Filipak, 2021; Carneiro, 2001). O trabalho da agricultora em muitos casos é invisível e pouco valorizado, uma vez que as atividades produtivas por elas realizadas, na maioria das vezes, são destinadas ao autoconsumo da família, enquanto que ao homem cabe o desempenho de atividades de cunho comercial (Villwock et al., 2016; Suess-Reyes & Fuetsch, 2016; Breitenbach & Corazza, 2021).

Tais aspectos foram amplamente discutidos no livro "Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil" de Alexandra Filipak (Filipak, 2021). A autora alerta que a sociedade considera a existência do trabalho de homem e trabalho de mulher, em que o homem se responsabiliza pelos trabalhos produtivos na "esfera pública" e a mulher se responsabiliza pelo trabalho reprodutivo na "esfera privada", no campo doméstico e de cuidados (Filipak, 2021).

Com essa divisão sexual do trabalho, o homem desempenha trabalhos mais valorizados socialmente, comparativamente ao trabalho realizado pela mulher, mesmo que eles sejam responsáveis pela mesma função. Ou seja, o trabalho das mulheres é considerado de menor valor e complementar ao do homem, é menor remunerado ou até mesmo sem remuneração, à exemplo do trabalho doméstico (Filipak, 2021). A divisão sexual do trabalho na agricultura gera desigualdades entre homens e mulheres, reduz a participação das mesmas em espaços públicos e produtivos da sociedade, fazendo com que as mulheres ocupem uma posição subordinada aos homens, bem como limita suas possibilidades de emancipação econômica (Filipak, 2021). Este modo de vida no campo é preconizado desde a infância dos jovens rurais, sendo levado consigo para a juventude e permanecendo na vida adulta. Contudo, favorece a maior migração das mulheres que buscam autonomia na cidade (Brumer, 2007; Galindo, 2019).

Para além destes aspectos de conflitos de gênero, diversos outros fatores envolvem as dificuldades de permanência dos jovens no campo. Alguns deles são apontados por Castro et al. (2013), Anjos & Caldas (2005) e Brumer (2004), os quais são descritos a seguir.

Castro et al. (2013) apresentam um conjunto de fatores que corroboram para a migração dos jovens para o meio urbano, os quais se assentam especialmente em três aspectos: a) Maiores e melhores oportunidades de trabalho, qualificação profissional e educacional, renda, qualidade de vida, entretenimento, lazer, internet no meio urbano; b) Dificuldades enfrentadas pelo rigor e dureza do trabalho no campo, bem como demais desafios de infraestrutura no meio rural; c) Possibilidades que o meio urbano apresenta de expandir a vida profissional e proporcionar novas oportunidades aos filhos e familiares.

Já Anjos & Caldas (2005) ao explicarem a migração das jovens mulheres para o meio urbano, concluíram que o meio rural brasileiro cada vez menos tem condições de proporcionar um ambiente social adequado às aspirações e expectativas das jovens mulheres. Ao encontro dessa conclusão, Brumer (2004) explica que a seletividade da migração rural urbana no Sul do Brasil, que contempla predominantemente mulheres jovens, se deve, especialmente, pelos seguintes fatores: escassas oportunidades ofertadas no meio rural para que os jovens possam se inserir sem a tutela dos pais; a invisibilidade do trabalho adimplido por crianças, jovens e mulheres, dada a forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários; tradições culturais que priorizam os homens nos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na comercialização da produção e no controle da propriedade; e pela supressão das mulheres na herança da terra.

Acrescenta-se a estes aspectos, o estigma negativo e um preconceito que marca a presença das mulheres na gestão das propriedades rurais. Ou seja, predomina um pensamento na comunidade agrícola de que os homens são mais adequados para assumir esse papel de gestores na agricultura (Matte et al., 2019). Este estigma dificulta a inserção das jovens mulheres nas atividades de gestão da propriedade, atrasa seu ganho de conhecimento sobre as atividades e gestão, lerdia o processo sucessório e, conseqüentemente, diminui o interesse delas pela sucessão (Brumer, 2007; Breitenbach & Corazza, 2017; Troian & Breitenbach, 2018; Matte et al., 2019).

3. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa. A análise quantitativa se deu a partir de dados obtidos de investigação empírica, com aplicação de questionário fechado, tabulação dos dados e análise estatística. A pesquisa empírica, com a coleta dos dados, foi realizada em 2019 e os principais aspectos metodológicos são apresentados a seguir.

- a. Público alvo da pesquisa: Jovens rurais, filhos de agricultores e/ou com origem e laços com o campo, que estudam em cursos das ciências agrárias e áreas afins no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, no Campus Sertão. A escolha do público alvo vincula-se a dois aspectos centrais: a) a tendência, que ocorre desde os anos 1940 e está cada vez mais acelerada, de jovens mulheres rurais deixarem o campo em direção às cidades (Castro et al., 2013); b) A importância e aumento da profissionalização para os jovens rurais nas últimas décadas, principalmente através da Rede de Institutos Federais, criada com o objetivo primo de suprir as demandas profissionais na região onde se inserem (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2020).

Os jovens que participaram da pesquisa estavam inseridos em cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, direcionados às ciências agrárias e áreas afins. Se reitera a importância deste público ser estudado, uma vez que a profissionalização, por um lado, é um caminho para a saída dos jovens do meio rural, mas, por outro, a formação em ciências agrárias pode incentivar os jovens a serem sucessores (Espíndola, 2002; Breitenbach et al., 2023).

Quando da realização da pesquisa, o IFRS - Campus Sertão contava com um total de 1.046 alunos. Destes, 386 (36,9%) se autodeclararam jovens rurais e se dispuseram a responder o questionário. Portanto, o universo da pesquisa contemplou toda a população de jovens rurais estudantes do Campus.

- b. Delimitação geográfica do estudo: Ainda que a presente pesquisa tenha sido realizada no município de Sertão no Rio Grande do Sul (RS), onde está localizado o IFRS - Campus Sertão, teve como abrangência a Região Sul do Brasil. Ao mapear as origens dos estudantes participantes da pesquisa, constatou-se que a mesma contemplou as mesorregiões Noroeste Rio-Grandense, Nordeste Rio-grandense no RS; Oeste Catarinense em Santa Catarina; e Centro-oriental Paranaense no Paraná, conforme apresentado na Tabela 1. As áreas agrícolas na faixa de abrangência da pesquisa se caracterizam por áreas de lavoura, com domínio e predomínio agrícola e pecuária (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006).
- c. Instrumento utilizado para coleta de dados: Os dados empíricos foram coletados com o auxílio de um questionário fechado, elaborado conforme Babbie (2003), aplicado em sala de aula - *in loco*, contemplando todos os estudantes jovens rurais que se disponibilizaram a participar. O questionário seguiu padrão utilizado por Breitenbach & Corazza (2017, 2019), com blocos de questões direcionadas para caracterização dos jovens, caracterização das propriedades dos pais e questões focadas nos aspectos sucessórios, elaboradas com base teórica na área de sucessão familiar na agricultura. Dentre os principais estudos utilizados para elaboração das questões, estão: Castro et al. (2013), Breitenbach & Corazza (2017), Brumer (2007), Spanevello et al. (2021), entre outras. O questionário foi elaborado com perguntas fechadas e utilizou uma grade de respostas em escala de Likert de 5 pontos.
- d. Tabulação de dados e análise estatística: A tabulação dos dados obtidos com a aplicação do questionário foi realizada em planilha desenvolvida no Microsoft Office Excel®. Enquanto a análise estatística foi realizada no programa PSPP (Programa para Análise Estatística de Dados Amostrados) – de uso livre. Este programa estatístico é utilizado como alternativo ao SPSS (*Statistical Package for Social Science for Windows*). Realizou-se as análises: univariadas – a fim de analisar a frequência de cada variável em cada uma das questões do questionário fechado; e bivariadas – utilizando o teste de *Chi-square*. Ambas indicadas para as Ciências Sociais.

Com a análise bivariada é possível a identificação de correlações entre duas variáveis categóricas, a fim de avaliar a existência de independência, considerando as hipóteses: *H0*: Não há correlação entre as variáveis; *H1*: Existe correlação entre as variáveis. Para o teste *Chi-square* considerou-se o nível de significância para aceitar ou rejeitar a hipótese *H0* de $p < 0,05$.

Para estas análises, realizou-se o cruzamento da variável “gênero” com as demais questões relacionadas à propriedade e sucessão geracional rural, possibilitando investigar a relação entre gênero, motivações e perspectivas de permanência no campo e interesse na sucessão familiar. e. Análise e discussão dos resultados: Nesta etapa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a fim de discutir e contrastar com os resultados encontrados na presente pesquisa.

4. Resultados e Discussões

Nesta sessão apresentam-se os resultados obtidos da pesquisa realizada no IFRS - Campus Sertão com 386 estudantes, jovens rurais da região sul do Brasil. Os resultados, bem como as discussões com base na literatura científica nacional e internacional, subdividem-se em três sessões, sendo: a) perfil dos jovens; b) gênero e sucessão rural e c) condicionantes de permanência e sucessão para as jovens mulheres rurais.

4.1. Perfil dos jovens participantes da pesquisa

O conhecimento do perfil dos jovens estudados pode ser uma ferramenta para analisar a realidade e traçar estratégias para o futuro do meio rural. Das pessoas que participaram da pesquisa, 76,6% são do sexo masculino, como observado na Tabela 1, o que reitera a hegemonia dos jovens do gênero masculino nos cursos de ciências agrárias. Esta realidade de masculinização, apesar de estar se alterando, ainda é observada em alguns cursos das ciências agrárias. Ainda que as jovens mulheres venham conquistando seu espaço nessa área, elas encontram maiores dificuldades para conseguir um emprego na área de formação, o que reduz seu interesse para os cursos (Oliveira et al., 2009).

Tabela 1 - Perfil dos e das jovens rurais estudantes do IFRS-Campus Sertão (gênero, cursos, idade).

Indicadores de perfil	Categorização do perfil dos jovens	Percentual de estudantes
Gênero	Meninas	25,40%
	Meninos	76,60%
Curso	Téc. em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	37,60%
	Bacharel em Agronomia	24,60%
	Tecnologia em Agronegócio	12,40%
	Bacharel em Zootecnia	9,10%
	Téc. em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio	2,30%
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2,60%
	Téc. em Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas	4,10%
	Licenciatura em Biologia	1,30%
	Gestão Ambiental	3,40%
	Técnico em Comércio	0,30%
Idade	Licenciatura em Ciências Agrícolas	1,00%
	De 14 a 20 anos	71,20%
	De 21 e 25 anos	23,60%
	De 26 a 30 anos	4,70%
Localização	De 36 a 40 anos	0,50%
	Noroeste Rio-Grandense, Rio Grande do Sul	69,2%
	Nordeste Rio-grandense, Rio Grande do Sul	29,8%
	Oeste Catarinense, Santa Catarina	0,8%
	Centro-oriental Paranaense, Paraná	0,3%

Quanto à idade dos jovens rurais participantes da pesquisa, a maioria (71,2%) tem de 14 a 20 anos, como pode ser observado na Tabela 1. Isso ocorre devido ao IFRS - Campus Sertão oferecer a modalidade de Curso Técnico Profissionalizante Integrado ao Ensino Médio, em que os estudantes ingressam ainda no ensino médio. É importante destacar que, para aqueles que estudam em escolas agrícolas, se impõe a necessidade de escolha de um curso profissionalizante desde cedo, antes mesmo de ingressarem no ensino médio (Silva et al., 2013).

Como observado, a maioria dos cursos ofertados no IFRS - Campus Sertão é diretamente relacionado à área das ciências agrárias. Essa profissionalização dos jovens rurais é importante, uma vez que, como possíveis agentes de desenvolvimento na agricultura, ao se capacitarem na área de atuação, serão capazes de agregar mudanças e gerar inovações no meio em que estão inseridos (Breitenbach & Corazza, 2017). Isso porque o maior nível educacional de um jovem afeta positivamente a dimensão de seu espaço e sua trajetória (Madeira, 2006).

4.2. A relação de gênero e sucessão rural

A sucessão rural está intrinsecamente ligada às oportunidades e os elos de confiança que os pais ofertam aos filhos, envolvendo a transferência de terras e de ativos intangíveis aos futuros herdeiros (Silva & Fernandes Neto, 2017; Carneiro 2001). Por isso, entendendo a importância do posicionamento dos pais no processo sucessório, a presente pesquisa investigou se os pais motivam mais os jovens homens ou as jovens mulheres a estudar, bem como a permanecer no campo e na propriedade familiar como sucessores. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 2 e apontaram alta motivação e incentivo dos pais (pai e mãe) para que os filhos busquem uma formação profissional de nível superior, independente do gênero. Isto demonstra a preocupação dos pais para com a profissionalização dos filhos.

Contudo, quando analisado o incentivo dos pais (pai e mãe) para os jovens permanecerem na propriedade, se constatou que as mães incentivam menos os filhos a permanecerem no campo. Além disso, tanto a mãe quanto o pai incentivam menos a filha mulher a permanecer na propriedade do que o filho homem. A mãe é, dentre os pais, a figura que mais motiva a filha a sair da propriedade. Um estudo semelhante realizado por Hennerich et al. (2021) constatou que 72,4% dos pais (homens) relacionam o gênero masculino à sucessão, enquanto 94% dos pais e mães desejam que as filhas vivam na cidade.

Tabela 2 - Incentivo dado pelos pais para os jovens rurais permanecerem na propriedade rural e para cursarem uma faculdade.

Aspectos analisados		Alto	Médio	Nenhum
Incentivo dos pais (pai e mãe) para cursar faculdade	Jovens Homens	91,3%	5,6%	3,1%
	Jovens Mulheres	93,9%	5,1%	1,0%
Incentivo da mãe para ficar na propriedade	Jovens Homens	46,9%	27,1%	23,3%
	Jovens Mulheres	32,6%	34,7%	32,7%
Incentivo do pai para ficar na propriedade	Jovens Homens	59,7%	20,1%	18,8%
	Jovens Mulheres	41,8%	27,6%	29,6%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa.

Este contexto de menor incentivo para as mulheres permanecerem no campo, especialmente o menor incentivo das mães, pode ser relacionado com a cultura predominante no campo. Nesta cultura hegemônica, os afazeres da mulher rural estão mais relacionados aos afazeres domésticos, visualizados como ajuda, tendo elas baixa autonomia nas atividades e sobre si mesmas (Abramovay et al., 1998; Filipak, 2021).

Carneiro (2001) explicou o que seria essa cultura rural hegemônica. Para a autora, nessa estrutura cultural do meio rural, a mulher “ao se casar perde a possibilidade de ter reconhecida como ‘trabalho’ a sua participação na lavoura familiar. Este passa a ser representado como uma ‘ajuda’ decorrente do exercício do seu papel de esposa... as mulheres não são legitimadas na demanda do seu direito legal à terra” (Carneiro, 2001, pp. 52-53). Desta forma, para a mulher casada com o agricultor, ser agricultora é um estatuto patrimonial e não há reconhecimento como uma profissão. Ou seja, a mulher ao casar passa a dever obrigações ao marido, incluindo desenvolver trabalhos na agricultura (Carneiro, 2001). Esses fenômenos de distinção de gênero se tornam parte da cultura que estrutura a vida humana em sociedade (Stolke, 2004).

A negação da mulher como agricultora é algo internalizado não só pela mãe, mas pela família como um todo, dando suporte a uma cultura patriarcal (Silva et al., 2018). A cultura patriarcal é definida como um sistema social alicerçado em uma cultura, estruturas e relações históricas e, conseqüentemente, um conjunto de atitudes e ações humanas, as quais beneficiam os homens, especialmente o homem branco, heterossexual e cisgênero (Saffioti, 2013; Filipak, 2021; Vedana et al., 2023).

Ainda, esse posicionamento das mães, de desincentivo à permanência dos jovens, especialmente das jovens, na agricultura, pode ser decisivo nas tomadas de decisão dos filhos. Afirma-se isso, pois entre as gerações na agricultura são transmitidos não só bens materiais, mas também bens simbólicos em que a mulher desempenha papel crucial na dinâmica familiar. A mulher e mãe, neste caso, são consideradas guardiãs e transmissoras privilegiadas de valores. Isso também foi reiterado no estudo de Carneiro (2001).

O resultado da presente pesquisa pode ser um indicativo do que já foi constatado em outras pesquisas, em que a mãe não almeja para o futuro da filha a mesma trajetória que a sua (Ramos et al., 2018). Porém, se as mães não incentivam as filhas a serem sucessoras e protagonistas na agricultura, podem contribuir para que as filhas reproduzam a trajetória da mãe, as quais apontam como melhor opção de futuro para as filhas continuarem no que Hennerich et al. (2021) chamaram de invisibilidade funcional.

A presente pesquisa também investigou o interesse dos jovens em serem sucessores e gestores da propriedade dos pais, permanecerem na propriedade ou trabalharem e migrarem para o meio urbano. Os resultados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Interesse dos jovens e das jovens rurais do IFRS – Campus Sertão na sucessão e gestão da propriedade rural dos pais e em trabalhar e migrar para o meio urbano.

Aspectos analisados		Alto	Médio	Nenhum	Não respondeu
Interesse em ser o gestor da propriedade dos pais	Jovens Homens	61,8%	21,5%	16,3%	0,4%
	Jovens Mulheres	42,9%	26,5%	29,6%	1,0%
	Total jovens (homens e mulheres)	57,0%	22,8%	19,7%	0,5%
Interesse em ser o sucessor da propriedade dos pais	Jovens Homens	64,9%	17,0%	16,0%	2,1%
	Jovens Mulheres	40,8%	23,5%	32,6%	3,1%
	Total jovens (homens e mulheres)	58,8%	18,6%	20,2%	2,3%
Permanecer na propriedade ou no meio rural	Jovens Homens	56,2%	25,0%	18,4%	0,4%
	Jovens Mulheres	34,7%	27,5%	37,8%	0,0%
	Total jovens (homens e mulheres)	50,8%	25,7%	23,3%	0,3%
Buscar emprego e morar na cidade	Meninos	30,6%	27,4%	42,0%	0,0%
	Meninas	60,2%	23,5%	16,3%	0,0%
	Total jovens (homens e mulheres)	38,1%	26,4%	35,5%	0,0%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa.

A maioria dos jovens têm interesse em ser o/a gestor/a (79,8%) e ser o/a sucessor/a (77,4%) da propriedade dos pais. Esses resultados vão ao encontro das descobertas de Silva & Fernandes Neto (2017) no sul do Estado do Espírito Santo, Brasil. Porém, a presente pesquisa constatou que o maior interesse é dos jovens homens, tanto para sucessão quanto para gestão, enquanto a pesquisa de Silva & Fernandes Neto (2017) não faz esse nível de detalhamento por gênero.

Ao analisar o posicionamento dos jovens homens e jovens mulheres de forma conjunta, se constatou que é baixo o percentual de jovens que desejam buscar emprego e morar na cidade (38,1%). Apesar dos fatores atrativos dos centros urbanos e a oportunidade de emprego, educação, saúde e lazer, 76,5% (somado médio e alto interesse) dos jovens rurais têm interesse em permanecer na propriedade ou no meio rural. Contudo, quando analisado na perspectiva de gênero, em que se foca a análise para as jovens mulheres, nota-se que o maior interesse destas (60,2% delas) está em buscar trabalho e migrar para o meio urbano.

Um estudo semelhante realizado por Hennerich et al. (2021) teve resultados distintos e constatou que apenas 5,5% dos jovens desejavam romper a ligação com a agricultura no futuro e não participar dos processos de sucessão. Porém, o estudo de Hennerich et al. (2021), assim como este, ressalta as questões de gênero cada vez mais urgentes no futuro da agricultura familiar.

São também os jovens homens que mais ajudam nas atividades agrícolas na propriedade e têm maior inserção no processo gerencial ao participarem mais na tomada de decisões da propriedade rural dos pais, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Participação dos jovens rurais do IFRS – Campus Sertão na propriedade rural dos pais.

Aspectos analisados		Alta participação	Média participação	Nenhuma participação
Participação na tomada de decisões	Jovens Homens	52,1%	28,8%	18,4%
	Jovens Mulheres	34,7%	30,6%	34,7%
Participação nas atividades agrícolas	Jovens Homens	79,2%	14,9%	5,2%
	Jovens Mulheres	51,0%	28,6%	20,4%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa.

A pesquisa identificou que o acesso à formação especializada na área de ciências agrárias e afins não é o bastante para que seja concedido aos jovens maior autonomia nas decisões da propriedade, restringindo sua participação ao trabalho produtivo, resultado semelhante ao que encontraram Matte et al. (2019). Isto reforça que a insegurança dos proprietários rurais quanto à transferência de suas propriedades aos sucessores e a minimização da autonomia dos jovens na propriedade podem influenciar negativamente na continuidade da empresa rural (Silva & Fernandes Neto, 2017).

Ao participarem ativamente nas atividades e na gestão da propriedade, os jovens potenciais sucessores ficam próximos dos pais (atuais gestores) durante sua formação, recebendo a experiência e conhecimento, capital social, valores, além de recursos intangíveis. Além disso, isso faz com desenvolvam competências e interesse em assumir a propriedade no futuro, como apontaram Yezza & Chabaud (2020). Por outro lado, muitos pais evitam essa participação dos filhos, pois os problemas de agência familiar aumentam quando a gestão envolve integrantes da família que pertencem a diferentes gerações. Basco explica essa situação ao atestar que, em termos psicológicos e sociológicos, a gestão fica mais complexa, uma vez que envolve mais pessoas, de diferentes idades, com ideias e posicionamentos distintos, o que torna mais onerosa a tomada de decisão na propriedade rural (Basco, 2013).

Os resultados da pesquisa apontam ainda, para uma distinção de gênero na participação nas atividades agropecuárias (79,2% dos jovens homens e 51% das jovens mulheres têm alta participação) e na gestão das propriedades rurais (52,1% dos jovens homens e 34,7% das jovens mulheres têm alta participação), em que é visível a menor participação das jovens mulheres. Apesar da qualidade de suas possíveis contribuições, as mulheres são sub-representadas e subestimadas em cargos de liderança rural e de tomada de decisão, aspecto esse também identificado na pesquisa de Sheridan et al. (2021). Porém, embora a presente pesquisa aponte que é dado menos oportunidades para as jovens mulheres participarem na gestão e nas atividades agropecuárias, as pesquisas de Breitenbach & Corazza (2017, 2019) já apontaram que, quando elas participam das atividades operacionais e gerenciais, desenvolvem habilidades agrícolas e interesse na agricultura, despertando desejo maior em assumir o negócio da propriedade.

Corroborando os resultados da presente pesquisa, Luhrs (2016) alerta que, mesmo havendo interesse por parte das jovens mulheres em serem sucessoras e gestoras das propriedades rurais, elas são normalmente negligenciadas como tal. A menor e menosprezada participação das jovens mulheres, desde crianças, nos processos agropecuários, as distanciam das tradições rurais e dos conhecimentos acerca das atividades agropecuárias, tornando mais difícil para elas o processo de sucessão. Esses resultados também foram encontrados nos trabalhos de Neiman (2013), Grubbström & Sooväli-Sepping (2012) e Spanevello (2008). Isso vai ao encontro ainda do que Stolke (2004) evidenciou. Segundo a autora, a distribuição de poder entre mulheres e homens é desigual, trazendo consequências na centralidade social das relações de gênero e implicações políticas, o que não é óbvio para todas as pessoas da sociedade (Stolke, 2004).

Por fim, fica evidente com a presente pesquisa que os direitos legais na transmissão de patrimônio e poder na agricultura, embora devessem ser centrais e condicionar a igualdade entre os gêneros, não são suficientes para isso. Identificou-se que existem códigos culturais particulares na agricultura que perpassam as normas legais da sociedade, e esses códigos culturais atribuem como tradição dar preferência ao sexo masculino como sucessor, o que já vem sendo relatado há anos, a exemplo dos estudos de Seyferth (1985) e Carneiro (2001).

4.3. As jovens rurais estudantes do IFRS Campus Sertão e condicionantes da permanência no campo e sucessão familiar

Especificamente sobre a questão de gênero, intenções e perspectivas das jovens mulheres em permanecerem no campo e serem sucessoras, as análises bivariadas realizadas pelo teste *Chi-square* apontaram existir dependência entre alguns fatores ($p < e = 0,05$), sendo os resultados apontados no Quadro 1.

Quadro 1 - Jovens mulheres estudantes do IFRS Campus Sertão e a correlação com a sucessão rural e permanência no campo (Variáveis que apresentaram significância no teste *Chi-square* $p < ou = 0,05$).

Jovens mulheres rurais estudantes do IFRS – Campus Sertão	Têm menor interesse em:	a) Serem gestoras da propriedade rural dos pais
		b) Serem sucessoras da propriedade rural dos pais
		c) Permanecer no meio rural
	Têm menor envolvimento/participação em:	a) Decisões, e questões relacionadas a propriedade
		b) Nas atividades operacionais da propriedade
		c) Nas atividades gerenciais da propriedade
Recebem menor incentivo dos pais para permanecerem na propriedade		
Têm maior interesse em buscar emprego e moradia no meio urbano		

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa.

As jovens rurais que estudam no IFRS - Campus Sertão apresentaram significativamente menos interesse que os jovens homens, tanto em serem gestoras ($p=0,001$) quanto sucessoras ($p=0,00$) da propriedade rural dos pais. Consequentemente, têm de forma significativa mais interesse em migrar para a cidade em busca de trabalho e estudo ($p=0,00$) e consideravelmente menor interesse que os jovens homens em permanecerem no campo ($p=0,00$). Esse contexto é parcialmente resultante dessas jovens receberem de forma considerável menos incentivos ($p=0,036$) por parte de seus pais para permanecerem no campo e serem sucessoras, bem como menor participação nas atividades agropecuárias ($p=0,00$) e nas atividades gerenciais e tomadas de decisão da propriedade ($p=0,02$).

De modo geral, mesmo que implicitamente, as famílias agrícolas possuem regras para a escolha do sucessor familiar. Tais regras consideram, por exemplo, o número de sucessores, a ordem de nascimento, a dedicação, a capacidade das crianças e jovens para o trabalho agrícola e o gênero. Este último é o critério mais importante para definir quem seguirá à frente da propriedade, aponta Neiman (2013).

Considerando essas regras implícitas na definição dos sucessores, o que predomina em países ocidentais é o padrão em que as mulheres não possuem terras agrícolas. A distribuição desigual de riqueza e bens e o menor acesso à sucessão têm consequências para o empoderamento das mulheres (Sheridan et al., 2021). Comparativamente aos homens, elas têm menores perspectivas profissionais e motivacionais para permanecerem no meio rural, pois se evidencia: falta de autonomia econômica e pessoal; invisibilidade destas como trabalhadoras e cidadãs; não participação delas nas decisões produtivas ou de comercialização de produtos agropecuários; seus conhecimentos e experiências são menosprezados; desigualdades na distribuição das atividades produtivas e de reprodução, bem como no acesso à propriedade da terra; submissão da mulher às relações familiares, atribuída à herança patriarcal e a ênfase de gênero ligada ao trabalho doméstico. Esses resultados vão ao encontro do que já atestaram Brumer (2004), Spanevello (2008) e Faria et al. (2019).

Na maior parte dos casos, as mulheres não são consideradas como possíveis sucessoras, sendo esta realidade mais presente em famílias que têm mais de um filho (Keating & Little, 1997). O gênero e a aptidão física ainda são os principais critérios para a elegibilidade na herança e sucessão familiar (Neiman, 2013). Esses estudos corroboram os resultados da presente pesquisa, que constatou o machismo estrutural e sua reprodução na agricultura familiar.

Sob outra perspectiva, segundo Siliprandi (2009), as mulheres rurais que participam, de forma ativa, de entidades representativas de sua classe vêm construindo identidades em comum e engajamento em ações que questionam as desigualdades de gênero no meio rural. Essas mulheres discutem o modelo produtivo e de organização familiar opressivo e patriarcal. Apesar disto, elas consideram o modelo familiar como sendo o mais adequado e justo para um desenvolvimento rural equilibrado e equitativo (Siliprandi, 2009). Ou seja, apesar de reconhecerem as limitações sociais e as diferenças de gênero que predominam nos sistemas familiares tradicionais, eles ainda são preferidos por ofertar melhores condições de interação social.

5. Conclusão

A presente pesquisa constatou que 58,8% dos jovens rurais estudantes do IFRS – Campus Sertão tem alto interesse em voltar ou ficar no meio rural para serem sucessoras e gestores das propriedades dos pais, contrariando alguns outros estudos, como o de Strapasolas (2011).

Para Strapasolas (2011), os jovens que buscam um grau de escolaridade mais elevado são os que pretendem sair da propriedade, enquanto os jovens que permanecem na propriedade acabam por estudar menos. Portanto, isso aponta para uma perspectiva otimista quanto às intenções de futuro no campo para os jovens estudantes do IFRS – Campus Sertão, ou seja, os jovens estudantes das ciências agrárias pretendem continuar no campo e serem sucessores na agricultura, ainda que as diferenças de gênero estejam presentes e sejam um problema.

Foi possível visualizar distinções significativas de gênero, com baixa perspectiva das jovens mulheres estudantes em permanecerem na propriedade, uma vez que 60,2% vislumbram o futuro no meio urbano. As jovens mulheres são influenciadas pelos pais a deixarem o meio rural, bem como participam menos das atividades e das decisões na propriedade, fatores estes considerados importantes na disposição destas para serem sucessoras. Este resultado é um alerta para os debates recentes acerca de sucessão e trazem à tona duas questões contemporâneas concomitantes: o problema da sucessão geracional na agricultura e as desigualdades de gênero que interferem nos processos sucessórios.

Os homens, que tradicionalmente têm as tarefas laborais e gerenciais ligadas às atividades agropecuárias, são julgados como os mais preparados para serem o sucessor na visão dos pais. Portanto, o presente trabalho infere que, mesmo que em alguns casos, as jovens mulheres rurais gostariam de serem sucessoras e permanecerem no campo (40,8% delas têm alto interesse), elas não recebem as mesmas oportunidades e condição de igualdade, comparativamente aos jovens homens, o que limita seu preparo e faz com que não se sintam acolhidas ou desejadas como sucessoras.

O papel da mulher no campo, nos mais diversos espaços onde ela atua, quer seja na produção agrícola, no espaço político ou doméstico dentro da unidade familiar (Troian & Breitenbach, 2018) é fundamental. Porém, enquanto as jovens, que tradicionalmente acompanham o trabalho das mães, enxergam na figura materna uma posição social de trabalho que não desejam para seu futuro, continuarão a buscar saídas para não seguirem a mesma trajetória, sem autonomia e reconhecimento. Por outro lado, independentemente da escolha e do futuro profissional desses e dessas jovens rurais, se ficarão ou não no campo e se serão ou não sucessores, o fato de estarem se capacitando profissionalmente nas ciências agrárias aumenta sua capacidade de absorção de conhecimentos que, segundo Abdala et al. (2022), pode ser fundamental na continuidade do negócio na agricultura familiar.

Como hipótese para pesquisas futuras é possível supor que tenhamos uma trajetória de mudanças no papel da mulher no campo, com ganho de autonomia e maior inserção política e social (Breitenbach & Corazza 2019; Siliprandi, 2009). Essas mudanças são decorrentes do: incremento tecnológico, que não exige mais o trabalho braçal e a força física como necessidade básica para o trabalho agrícola; a crescente importância da gestão rural e a necessidade de pessoas dispostas a atuarem nessa área; a maior inserção das mulheres em cursos das ciências agrárias; entre outros aspectos que podem indicar um cenário de aumento na permanência e sucessão familiar por parte das jovens mulheres (Breitenbach & Corazza, 2019; Siliprandi, 2009).

Já uma sugestão de pesquisa futura gira em torno da herança da terra e de como sua divisão vem sendo conduzida nas famílias rurais. Pelo Código Civil Brasileiro, o direito à herança da terra é igualitário, mas geralmente o sucessor dos pais na unidade produtiva é um só. Como essa questão vem sendo resolvida nas famílias rurais e o que acontece quando a mulher não recebe a terra agricultável? O que ela recebe de herança? O que acontece com os outros irmãos não sucessores? O sucessor fica com a totalidade da terra e compensa os irmãos monetariamente? São questões importantes para o estudo da sucessão e herança no campo, mas não foram exploradas na presente pesquisa e podem ser investigadas em estudos futuros.

Por fim, apresentam-se como limitações da presente pesquisa o fato de o autor ter optado pela utilização predominantemente da abordagem quantitativa para a coleta e análise de dados. A escolha dessa abordagem resulta em lacunas de pesquisa, uma vez que dificulta que seja realizado um esforço analítico/explicativo para aprofundar o significado dos dados coletados. Neste contexto, os resultados não podem ser explorados de maneira aprofundada, dificultando avaliar questões de cunho pessoal dos jovens participantes da pesquisa, como por exemplo, o porquê da escolha profissional das jovens entrevistadas.

Referências

- Abdala, R. G., Binotto, E., & Borges, J. A. R. (2022). Sucessão da Fazenda Familiar: evidências a partir da capacidade de absorção, capital social e aspectos socioeconômicos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(4), e235777. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.235777>
- Abramovay, R., Silvestro, M. L., Cortina, N., Baldissera, I. T., Ferrari, D. L., & Testa, V. M. (1998). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Edição UNESCO.
- Anjos, F. S., & Caldas, N. V. (2005). O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaio FEE*, 26(1), 661-694.
- Babbie, E. (2003). *Métodos de pesquisa em survey* (2ª ed.). Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Basco, R. (2013). The family's effect on family firm performance: a model testing the demographic and essence approaches. *Journal of Family Business Strategy*, 4(1), 42-66. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jfbs.2012.12.003>
- Bednaríková, Z., Miroslava, B., & Ponkinac, E. V. (2016). Migration motivation of agriculturally educated rural youth: the case of Russian Siberia. *Journal of Rural Studies*, 45, 99-111. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.03.006>
- Boscardin, M., & Conterato, M. A. (2017). As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 25(3), 671. <http://dx.doi.org/10.36920/esa-v25n3-9>
- Brasil. (2005, julho 1). Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.
- Breitenbach, R., & Corazza, G. (2017). Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista Espacios*, 38(29), 9.
- Breitenbach, R., & Corazza, G. (2019). Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 17(2), 1-34. <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.17212>
- Breitenbach, R., & Corazza, G. (2021). Ser o no sucesor? A qué aspira la juventud rural de Rio Grande do Sul. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 19(3), 1-23. <http://dx.doi.org/10.11600/rllcsnj.19.3.4093>
- Breitenbach, R., Dallagnol, R. P., & Troian, A. (2023). “Decidi Ficar”: Aspectos emocionais como fatores determinantes do processo sucessório em Ipiranga do Sul/RS. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 19(1), 101-122.
- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, 12(1), 205-227. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>
- Brumer, A. (2007). A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In M. J. Carneiro & E. G. Castro (Eds.), *Juventude rural em perspectiva* (pp. 35-52). Rio de Janeiro: Mauad X.

- Carneiro, M. J. (2001). Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, 9(1), 22-55. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100003>
- Castro, A. M. G., Lima, S. M. V., Sarmiento, E. P. M., & Vieira, L. F. (2013). *Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Cavicchioli, D., Bertoni, D., & Pretolani, R. (2018). Farm succession at a crossroads: The interaction among farm characteristics, labour market conditions, and gender and birth order effects. *Journal of Rural Studies*, 61, 73-83. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.06.002>
- Cavicchioli, D., Bertoni, D., Tesser, F., & Frisio, D. G. (2015). What factors encourage intrafamily farm succession in mountain areas? *Mountain Research and Development*, 35(2), 152-160. <http://dx.doi.org/10.1659/MRD-JOURNAL-D-14-00107.1>
- Espíndola, H. D. (2002, agosto). Nuevo enfoque em políticas públicas de juventud rural. In *Seminario Internacional La revalorización de los Grupos Prioritarios en el Medio Rural* (pp. 93-104). San José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura.
- Estanislau, P., Goebel, M. A., Staduto, J. A. R., & Kreter, A. C. (2021). Spatial distribution of agricultural farms led by women in Brazil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59(3), e222800. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222800>
- Faria, A. J. G., Ferreira, M. L., & Paula, A. M. N. R. (2019). Exôdo rural feminino, gênero e ruralidades: consequências da migração da juventude rural feminina do distrito de Muquém – Mirabela/ MG. *Revista Grifos*, (47), 98-119. <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v28i47.4620>
- Filipak, A. (2021). *Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos* (457 p.). São Paulo: EDIFSP.
- Galindo, E. (2019). Olhares sobre as juventudes do campo. In R. Montechiare & G. Medina (Eds.), *Juventude e educação: identidades e direitos* (pp. 83-90), São Paulo: FLACSO.
- Grubbström, A., & Sooväli-Sepping, H. (2012). Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession. *Journal of Historical Geography*, 38(3), 329-339. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jhg.2012.03.001>
- Hennerich, J. E., Plein, C., de Fariña, L. O., Hanzen, M., & Gubert, F. P. P. (2021). Succession in family farming: gender and future perspectives. *Research. Social Development*, 10(3), e40810313594. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13594>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2006). *Censo agropecuário de 2006*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 15 de junho de 2021, de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo demográfico 2010*. Recuperado em 22 de janeiro de 2023, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2017). *Censo agropecuário 2017*. Recuperado em 22 de janeiro de 2023, de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS. *Histórico*. 2020. Recuperado em 15 de junho de 2021, de <https://ifrs.edu.br/sertao/institucional/historico/>
- Keating, N. C., & Little, H. M. (1997). Choosing the successor in New Zealand family farms. *Family Business Review*, 10(2), 157-171. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1741-6248.1997.00157.x>
- Kessler, G. (2006). La investigación social sobre juventud rural en América Latina. Estado de la cuestión de un campo en conformación. *Revista Colombiana de Educación*, 51(51), 16-39. <http://dx.doi.org/10.17227/01203916.7683>

- Lobley, M., Baker, J., & Whitehead, I. (2010). Farm succession and retirement, some international comparisons. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 1(1), 49-64. <http://dx.doi.org/10.5304/jafscd.2010.011.009>
- Lucky, E. O. I., Minai, M. S., & Adebayo, O. I. (2011). A conceptual framework of family business succession: bane of family business continuity. *International Journal of Business and Social Science*, 2(18), 106-113.
- Luhrs, D. E. (2016). Consider the daughters, they are important to family farms and rural communities too: family-farm succession. *Gender, Place and Culture*, 23(8), 1078-1092. <http://dx.doi.org/10.1080/0966369X.2015.1090405>
- Madeira, F. R. (2006). Educação e desigualdade no tempo de juventude. In A. A. Camarano (Org.) *Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?* IPEA: Rio de Janeiro, 2006, p. 139 – 170.
- Matte, A., Spanevello, R. M., Lago, A., & Andreatta, T. (2019). Agricultura e pecuária familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. *G&DR*, 15(1), 19-33. <http://dx.doi.org/10.54399/rbgdr.v15i1.4317>
- Neiman, M. (2013). La herencia: los/as Hijos/as y el tránsito entre generaciones en la agricultura familiar de la región pampeana argentina. *Estudios Sociológicos*, 31(93), 899-920. Recuperado em 15 de junho de 2021, de <https://www.jstor.org/stable/23622275>
- Oliveira, A. R., Gaio, L. E., & Bonacim, C. A. G. (2009). Relação de Gênero e Ascensão Feminina no Ambiente Organizacional: Um ensaio teórico. *Revista de Administração da UFSM*, 2(1), 80-97. <http://dx.doi.org/10.5902/198346591279>
- Pereira, L. K. A., & Fernandes, F. P. (2018). Introdução do debate sobre gênero e diversidade no IFCE Campus Crato: os primeiros passos. *Revista Diversidade e Educação*, 6(1), 99-119. <http://dx.doi.org/10.14295/de.v6i1.8009>
- Ramos, V. S., Angnes, J. S., & Costa, Z. (2018). O futuro da fomicultura o jovem rural e o dilema da sucessão geracional. *Desenvolvimento em Questão*, 16(43), 548. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.548-572>
- Ribeiro, P. R. C., Magalhães, J. C., & Rizza, J. L. (2016). Gêneros e sexualidades: estratégias para promoção de debates na formação de professores/as. *Multiárea Revista de Didática*, 8, 87-115. <http://dx.doi.org/10.18239/mard.v0i8.1084>
- Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (3ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Seyferth, G. (1985). Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional. Nova Série*, (52), 1-27.
- Sheridan, A., Newsome, L., Howard, T., Lawson, A., & Saunders, S. (2021). Intergenerational farm succession: how does gender fit? *Land Use Policy*, 109, 105612. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105612>
- Sili, M., Fachelli, S., & Meiller, A. (2016). Juventud Rural: factores que influyen en el desarrollo de la actividad agropecuária. Reflexiones sobre el caso argentino. *Revista de Economía e Sociología Rural*, 54(4), 635-652. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540403>
- Siliprandi, E. C. (2009). Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 4(3). Recuperado em 15 de junho de 2021, de <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/9622>
- Silva, F. A. A., & Fernandes Neto, A. (2017). Sucessão familiar no agronegócio: estudo de múltiplos casos nas empresas rurais do Espírito Santo. *Revista Científica da Faccaci*, 2(2), 1.

- Silva, M. R. (2019). Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. *Brazilian Journal of Development*, 5(3), 2095-2105. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv5n3-1227>
- Silva, M. R., Pelissari, L. B., & Steimbach, A. A. (2013). Juventude, Escola E Trabalho: Permanência E Abandono Na educação Profissional técnica De nível médio. *Educação e Pesquisa*, 39(2), 403-417. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022012005000022>
- Silva, T. M. G., Marques, A. G., Piori, I. C., & Heil, G. G. (2018). Pode-se ter saúde e qualidade de vida em situação de violência e desrespeito aos direitos humanos? Uma reflexão à luz dos estudos feministas e de gênero. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, 9(2), 129-149. <http://dx.doi.org/10.5935/2177-6644.20180019>.
- Spanevello, R. M. (2008). *A dinâmica sucessória na agricultura familiar* (Tese de doutorado). PGDR/UFRGS.
- Spanevello, R. M., Boscardin, M., Lago, A., Duarte, L. C., & Moreira, S. L. (2021). Permanencia de la juventud en el entorno rural: más allá de la sucesión generacional tradicional. *Eutopía*, 19(19), 119-135. <http://dx.doi.org/10.17141/eutopia.19.2021.4897>
- Stolke, V. (2004). La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Estudos Feministas*, 12(2), 77-105. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200005>
- Strapasolas, V. L. (2011). Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, 8, 26-29.
- Suess-Reyes, J., & Fuetsch, E. (2016). The future of family farming: a literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. *Journal of Rural Studies*, 47, 117-140. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.07.008>
- Troian, A., & Breitenbach, R. (2018). Jovens e Juventudes em Estudos Rurais do Brasil. *Interações (Campo Grande)*, 19(4), 789-802. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>
- Vedana, R., Shikida, P. F. A., Garcias, M. O., & Arends-Kuenning, M. P. (2023). Empoderamento feminino na agricultura: um estudo na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(2), e237944. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.237944>
- Villwock, A. P. S., Germani, A. R. M., & Roncato, P. E. S. (2016). Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. *Revista Alamedas.*, 4(1), <http://dx.doi.org/10.48075/ra.v4i1.13526>
- Yeza, H., & Chabaud, D. (2020). Impact of successors' social skills in family firms. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 40(4), 465-487. <http://dx.doi.org/10.1504/IJESB.2020.109011>

Recebido: Março 18, 2022

Aceito: Março 25, 2023

JEL Classification: R23